

## **QUANDO O DIREITO DE EXISTIR É NEGADO, A PERMANÊNCIA NO CAMPO É INSUSTENTÁVEL: AS CERCAS QUE DIVIDE A DIVERSIDADE SEXUAL**

Alba Valéria Neiva Rodrigues

Universidade Federal do Recôncavo Baiano – rodriguessg2011@gmail.com

### **Resumo**

Este trabalho propõe analisar como os corpos são constituídos e concebidos no contexto territorial nordestino/camponês/catingueiro, a partir das categorias de análise Gênero, Sexualidade e Educação do Campo. Para tanto, operamos com os estudos *queer* feministas que pautam a heteronormatividade e tencionam a oposição binária que elegem heterossexuais e homossexuais como categorias da sexualidade. A pesquisa será desenvolvida no município de São Gabriel/Ba, localizado na região de Irecê e contará com a participação de dez sujeitos, cinco que permanecem em terras sertanejas e cinco que foram condicionados(as) a saírem de seu território devido à sua sexualidade. As normas regulatórias funcionam produzindo o binarismo como um modo de inteligibilidade e de possibilidade para os corpos. Assim, epistemologias e políticas binárias constituem o que é um corpo, sua posição social de humanidade e definindo quem tem legitimidade e aceitabilidade de permanecer no território camponês, catingueiro e nordestino. Cabe ainda destacar, que a respectiva pesquisa assume uma posição política de discutir tais categorias em uma perspectiva de “subverter” a ordem estabelecida e expressa na heterossexualidade enquanto uma norma compulsória.

Palavras-Chave: Gênero, Sexualidade e Educação do Campo.

### **Introdução**

Pensar o campo brasileiro/nordestino/catingueiro é lançar o olhar em torno de um grupo social que, historicamente, teve os seus direitos mais básicos negados. A vivência e permanência na terra é, sem dúvida, a principal garantia de produção da vida e secularmente os vários povos que compõem a diversidade de sujeitos do campo tiveram e têm esse acesso restrito.

O projeto de campo que a Educação do Campo aponta nos conduz para repensar este espaço geográfico e suas interfaces, politizando as questões presentes e suas implicações. Esses apontamentos norteiam os debates nas mais variadas áreas: luta pela terra, educação, agroecologia, produção, saúde, respeito à diversidade dos sujeitos e muitas outras áreas que dimensionam a vida

no campo. Considero que os sujeitos do campo são expropriados dos meios de comunicação, de produção, expropriados da terra, expropriados de educação e ainda, precisam lidar com a expropriação do direito de existir, estar e permanecer no campo, devido à negação e silenciamento de sua sexualidade.

Diante disso, a necessidade de se discutir a hegemonia heteronormativa é urgente. Questionar, interrogar essas normas constitui-se passo importante que se movimenta em direção à desconstrução de visões, atos e ações que fortalecem um sistema que discrimina e criminaliza a homossexualidade. Esta pesquisa se insere neste cenário e tem como intencionalidade discutir como a homossexualidade é concebida no território nordestino/camponês/catingueiro? Bem como que o debate da Educação do Campo pode fortalecer a discussão da diversidade sexual no campo?

Cabe ressaltar que reconhecemos a legitimidade das bandeiras de luta reivindicadas pelos povos do campo e que “engrossam” a materialidade da Educação do Campo, no entanto nos propomos pesquisar sobre como as normas de gênero produzem (im)possibilidades de permanência no campo para os sujeitos não heterossexuais e como esse cenário dialoga com o princípio da diversidade, como norteador da Educação do Campo. Com isso, problematizamos quem são os sujeitos que compõem esse campo, direcionando o nosso olhar para perceber o movimento de análise de como a sexualidade é acionada como elemento normalizador deste espaço. Tal abordagem é feita articulando a Educação do Campo e os conceitos de gênero e sexualidade, como também subcategorias: heteronormatividade e biopolítica. Segundo Judith Butler, referência da teoria *queer*, aponta a construção discursiva da sexualidade, produz novas concepções a respeito de sexo, sexualidade e gênero (BUTLER, 1999).

## **Metodologia**

Esta perspectiva teórico-política parte da indissociabilidade entre teoria e prática, entre análise e política. Assim, concatenar tais ações é sem dúvida uma proposta desafiadora e necessária, uma vez que esta pesquisa se insere na perspectiva pós-estruturalista. Como afirma Louro, em seu artigo “Conhecer, pesquisar e escrever” que tal linha de investigação filosófica não autoriza ninguém a utilizar conceitos, teorias ou procedimentos analíticos de modo descompromissado.

Aliado ao pós-estruturalismo, a respectiva pesquisa faz uso dos estudos da teoria Queer para conduzir o nosso olhar de forma atenta e crítica em torno das categorias politicamente discutidas por tal teoria.

Esta pesquisa dialoga diretamente com três principais categorias de análise: Sexualidade, Gênero e Educação do Campo e categorias complementares ou subcategorias. Para tanto, os autores que fundamentam teoricamente esta abordagem são Michel Foucault,, Judith Butler, Beatriz Preciado, Guacira Lopes Louro, Miguel Arroyo entre outros.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, eles/elas estão inseridos/as no município de São Gabriel/Ba, região da caatinga no semiárido nordestino. São dez pessoas, no qual a identidade que une tais sujeitos é a orientação sexual homossexual. Destes/as, cinco permanecem no território e cinco migraram para outras cidades, a fim de viverem à sua sexualidade.

## **POSSIBILIDADES PARA DISCUTIR GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A hegemonia heterossexual construída, a partir do discurso da sexualidade destacada por Butler, vem moldando questões sociais e políticas que norteiam o comportamento social e cria uma série de mecanismos de dominação, opressão, segregação e criminalização dos sujeitos. Ou seja, todo e qualquer sujeito que estiver fora desse padrão hegemônico, conseqüentemente está fadado a vivenciar esses mecanismos.

O condicionamento sexual que a sociedade passa ligado a regulação normativa heterossexual tem raízes profundas e, somente pode ser analisada partindo de uma reflexão sobre os mecanismos de dominação e opressão, como pode-se destacar o patriarcalismo. O respectivo instrumento é gestado em uma sociedade no qual o gênero masculino domina o poder, em que o paternalismo e apadrinhamento estão centrados na figura masculina que se mantém e se perpetua em relações hierárquicas.

O século XX é um período em que o Brasil passa por transformações que impactam diretamente na organização social das pessoas. As mulheres começam a ocupar lugares, antes ocupados, somente pelos homens. O ambiente doméstico passa a não ser o único vivenciado pelas mulheres, o universo privado aos poucos vai perdendo espaço para o público, onde acontece à sociabilidade, se estabelece relações econômicas e as mulheres começam a desempenhar atividades econômicas, voltadas

anteriormente, exclusivamente, para o mundo masculino. Como afirma Albuquerque Júnior ( 2013, P.135) :

O patriarcalismo, como conceito, nasce da visão de homens pertencentes a um grupo social que se sente emasculado, perdendo potência, homens fragilizados, amolecidos, desfibrados, senis, depauperados, senão fisicamente, mas do ponto de vista do seu poder e status, homens em declínio, ameaçados por novos grupos que vêm dividir seu espaço, encurtá-lo, modificá-lo.

Nesse processo de deslocamento de papéis, implica modificações também na forma como a masculinidade é exercida pelos homens, uma vez que as influências de poder do patriarcalismo são enfraquecidas pelo enfrentamento social que as mulheres assumem na primeira metade do século XX.

No início do século XX acontece um processo que Albuquerque Júnior (2013) vai chamar de desvirilização, ou seja é o declínio de um modelo de masculinidade pregada pelo conservadorismo patriarcal que aos poucos vai enfraquecendo, ou seja o velho patriarcalismo começa a sofrer abalos com reflexos no comportamento masculino, à medida que as mulheres vão ocupando na mais absoluta “raça” tímidos espaços, relativos ao trabalho, a liberdade sexual e de expressão.

Nesse sentido, os femininos e masculinos dentro desse processo de luta pela libertação das relações patriarcais começam a ganhar liberdade para se colocarem socialmente enquanto sujeitos de direitos com plena liberdade de vivenciarem sua sexualidade. Por outro lado, os sujeitos que têm relação sexual e/ou afetiva com pessoas do mesmo sexo são as que, comumente, enfrentam preconceitos ligados à sua orientação sexual, isso releva a precarização das relações sociais, em que afirmam as normas regulatórias que solidificam a heteronormatividade. Se no meio urbano essa realidade está presente, no campo ela é profundamente intensificada, devido ao sistema patriarcal que nesse espaço geográfico, ainda, é a que domina predominantemente as relações sociais, no qual nomeia o homem/macho/heterossexual como o mentor/provedor/dominador e “responsável” pela família.

Nesse contexto, os homossexuais, ainda, estão lutando pelo direito de existir e permanecer nesse campo enquanto sujeitos em condições de viver e vivenciar a sua sexualidade, uma vez que a heterossexualidade e o heterossexual foram à posição e o sujeito da cultura moderna. Louro, dialoga com Derrida em que este aponta que a, lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos, ou seja, essa ideia elege um sujeito como central nas relações de poder. Nessa

perspectiva a heteronormatividade prolifera atitudes e discursos hegemônicos em torno da sexualidade humana que condiciona a padronização sexual dos corpos.

Em contrapartida, a Diversidade reconhece os coletivos e sujeitos existentes no campo, com suas marcas e identidades. No Dicionário da Educação do Campo, Arroyo ao definir e dialogar com o conceito de diversidade, aponta que os sujeitos do campo com suas identidades de gênero, raça, etnia e quanto à condição social de trabalhadores do campo, a estes foram relegados como inexistentes, segregados e inferiorizados como sujeitos da história.

Nessa perspectiva, o princípio da Diversidade, inclusive da sexual interroga e problematiza as relações presentes no nordeste/campo/catinga e as profundas desigualdade que estão condicionadas ao gênero, no sentido de (re) pensar que relações são essas e como foram sendo construídas a ponto de anormalizar um grupo de sujeitos que fogem as regras heteronormativas.

Neste sentido, a presente reflexão aponta que a Judith Butler, entre outros (as), insiste que não produzem teorias para dar conta de realidades, mas produz, a partir dessas experiências, possibilidades de pensá-las. Assim sendo, as contribuições do pensamento de Judith Butler às discussões no campo dos estudos de gênero sem dúvida constituem um divisor nas explicações que circundam as relações de gênero.

Para Butler (2003) os gêneros constituem construções performativas onde nem os sujeitos antecedem discursos, nem os discursos antecedem os sujeitos. Enquanto “sujeitos gendrados” estes se tornam inteligíveis a partir de uma reiteração discursiva - que produz uma materialidade - através da relação com a matriz heteronormativa. Nessa mesma linha de pensamento, os sujeitos são tomados como historicamente constituídos através de feixe de relações de força que opera simultaneamente sobre corpos individuais e sobre processos coletivos (o corpo social) (Foucault , 1997).

Em outras palavras: a criança está na barriga da mãe; se tiver pênis, é um menino, o qual será condicionado a vivenciar de uma vida pré-estabelecida para tal gênero que cria um universo com definições claras que vão, desde o simples uso de uma roupa até comportamentos, ações e atitudes.

Para dar um fim a essa lógica que tende à reprodução, Butler destaca a necessidade de subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e sexualidade. Assim, o conceito de gênero cabe à legitimação dessa ordem, na medida em que seria um instrumento expreso principalmente pela cultura e pelo discurso que inscreve o sexo e as

diferenças sexuais fora do campo do social, isto é, o gênero aprisiona o sexo em uma natureza inalcançável à nossa crítica e desconstrução.

Foucault (1997) já chamava a atenção para o caráter ficcional da noção de sexo, produzindo e agrupando numa unidade artificial elementos biológicos, fisiológicos, condutas, sensações e prazeres.

Para Foucault, ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, é ter a lei que norteia essas regulações situada como princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos, e como o princípio hermenêutico de autointerpretação. A categoria do sexo é, assim, inevitavelmente reguladora, e toda análise que a tome acriticamente como um pressuposto amplia e legitima ainda mais essa estratégia de regulação como regime de poder/conhecimento (Butler, 2003, p.143).

Butler, em diálogo com Michel Foucault, reforça essa ideia colocando o sexo como uma norma, como um ideal regulatório, como uma prática que acaba por produzir os corpos que governam.

Nessa perspectiva, o projeto de Campo proposto pela Educação do Campo, além de muitas demandas que nascem com a gênese da luta da reforma agrária, tem como desafio desconstruir e romper com as relações de gênero baseadas no binarismo e na heteronormatividade que massacra a diversidade sexual.

Dornelles (2013) fundamental tal preposição quando aponta:

...questionar as normas regulatórias do gênero é uma possibilidade de tensionar a materialidade dos corpos, bem como a ilegitimidade e a inexistência política de outros nesse espaço institucional, oficialmente eleito como fundamental para a formação cidadã e para a vida em sociedade. (Dornelles, 2013. P.137).

Deste modo, o respectivo projeto questiona a Educação do Campo no sentido de contribuir para a desconstrução do processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados, tornando evidente a heteronormatividade, a fim de garantir a identidade sexual

legitimada. Assim à medida que as relações sociais de gênero no campo são respeitadas dentro de suas individualidades, o princípio da Diversidade fortalece o projeto da Educação do Campo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destacam-se breves considerações em torno das discussões, tendo em vista que o processo de análise da pesquisa com todas as suas implicações está, apenas começando e com isso muitas interrogações norteiam leituras, reflexões e análises. Analisar como os corpos são constituídos e concebidos no contexto do campo? Como que a proposta de Educação do Campo pode construir relações igualitárias e de respeito no campo? São questões que se colocam como “fios condutores” e desafios para tal pesquisa.

Nesse processo inicial, os conceitos, ainda, estão sendo definidos, destrinchados, entendidos e compreendidos enquanto categorias fundantes, no entanto alguns deles já revelam pistas e apontamentos, como podemos destacar o de gênero que em nossa sociedade estamos diante de uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais.

Embora as análises estejam ainda “tímidas” acerca dos conceitos, devido ao curto período que se iniciou a pesquisa, já é possível trazer alguns apontamentos diante do objeto estudado. O recorte territorial de nordeste/campo/caatinga traz difíceis relações de gênero, condicionadas, ainda a fortes traços do tradicionalismo, do patriarcalismo e respectivamente do intenso machismo produzido por estes instrumentos de manipulação, controle, segregação e extermínio de tudo que foge a “macheza”, em que até a mulher para ser forte é reconhecida como “mulher macho sim, sim ô”, ou seja não existe espaço para nada além do nordestino “cabra macho”.

Diante desse contexto, a existência/permanência da homossexualidade nesse espaço é absolutamente um ato de resistência. No entanto, resistir em um espaço geográfico por reconhecer a sua identidade sexual, em que não se enquadra nos padrões heteronormativos não é democrático e aceitável, assim a Educação do Campo diante dos seus princípios que reconhecem os sujeitos de direitos dentro da sua diversidade nos autoriza a questionar com a finalidade de desconstruir conceitos pré-formados que “adoecem” a sociedade e seus sujeitos.

Desse modo, buscaremos aprofundar as leituras nas fontes literárias, no sentido de ampliar o debate e a qualificação da discussão sobre os conceitos, bem como analisaremos os sujeitos, com a finalidade de relacionar a literatura com a vivência no campo de pessoas que têm a sua sexualidade negada diariamente.

## Referências

ALBURQUEQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Nordeste: uma invenção do falo; uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Editora Catavento, 2013.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importam*. Buenos Aires. Paidós, 2002.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, nº 2, p. 71-99, jul-dez 1990.

LIMA, Fátima. *Corpos, gêneros, sexualidade : políticas de subjetivação ; textos reunidos* / Fátima Lima. – 2.ed. rev. atual. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer* / Guacira Lopes Louro, - Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação. Dagmar Estermann Meyer, Marlucy Alves Paraíso, (organizadoras). – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo. Revista Presença Pedagógica. v.15, n. 88, p.31-36, jul/Ago. 2009.

O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade / Org. Ana Cristina Nascimento Givigi, Priscila Gomes Dornelles ... [et al.]. – Cruz das Almas/BA : UFRB, 2013. Um corpo “encurralado” na escola: gênero, sexualidade e educação do campo pg, 131 a 149.